

Capa Fernando Conracheia  
Folio de capa Rennato Testa  
Coord. Editorial Beatriz Marchesini  
Edição José Severino Ribeiro  
Capêdusque Maria Lucia A. Mater  
Revisão Marlene M. de Almeida Rabello  
Solange F. Penleado

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e  
esporte Para atuação em políticas públicas / Nelson Carvalho  
Marcelino (org.) - Campinas, SP : Papirus, 2003 (Coleção  
Fazer/Lazer)

Vários autores  
Bibliografia  
ISBN 85-308-0714-6

1. Administração de pessoal 2. Esportes - Formação profissional  
3. Lazer - Formação profissional I. Marcelino, Nelson Carvalho  
CDD-796.071

Índices para catálogo sistemático:

1. Esportes e lazer. Pessoal. Formação e  
desenvolvimento. 796.071

Proibida a reprodução total ou parcial  
da obra de acordo com a lei 9.180/98  
Editora aliada a Associação Brasileira  
dos Direitos Reprográficos (ABDR)

DIREITOS RESERVADOS PARA A LINGUA PORTUGUESA  
© M. R. Conracheia e Editora Ltda - Papirus Editora  
Fone/fax (19) 3272-4500 - Campinas - São Paulo - Brasil  
E-mail editora@papirus.com.br - www.papirus.com.br

## TURISMO ELAZER: CONTEÚDOS DE UMA ÚNICA QUESTÃO

2

*Maruschka Moesch*

*Dêem-lhe todas as satisfações  
Econômicas de maneira que  
não faça mais nada, senão dormir  
devorar pastéis e esforçar-se por  
prolongar a história universal,  
cumblem-no de todos os bens da  
terra e mergulhem-no em felicidade  
até à raiz dos cabelos: à superfície  
de tal felicidade como à tona de água  
virão rebentar bolhas pequeninas*

Dostoiévski. "No meu subterrâneo"

A concepção do fenômeno turístico que irei trabalhar nesta fala sobre  
profissionais e políticas públicas e sua gestão requer o esclarecimento de alguns



1) Não considero o turismo uma indústria e, como não sou economista, valho-me de minha sensibilidade sociológica como tal e da imaginação de Peter Keller (2000, p. 5), diretor geral da Organização Mundial do Turismo (OMT), que afirma:

O turismo é um fenômeno seguramente mal entendido, ele não é uma indústria, pois não proporciona transferências de bens e serviços, que seriam produzidos atrás de alguns muros das empresas. O turismo se focaliza sobre os seres humanos que visitam um destino em função de um ou vários atrativos, isto permite que encontrem outros seres humanos que ali vivem e fornecem os bens e serviços exigidos pelos turistas. Os moradores da localidade asseguram os serviços, os empregadores e empregados fornecem uma contribuição essencial à vida turística, mas não podemos entender os recursos sociais, culturais e naturais de uma localidade como mercadorias, e sim como relações humanas.

2) A concepção de turismo que defendo baseia-se no paradigma da complexidade, segundo o qual o turismo é uma prática social, ou melhor, um campo de práticas histórico-sociais que pressupõem o deslocamento dos sujeitos em tempos e espaços produzidos de forma objetiva, possibilitador de afastamentos simbólicos do cotidiano, coberto de subjetividades e, portanto, explicitadores de uma nova estética diante da busca do prazer.

Entendo o turismo não apenas como um fenômeno de dimensões econômicas, mas como um complexo fenômeno social pouco estudado pela academia, reduzido, dessa forma, ao seu saber-fazer. Assim, defendendo a constituição de uma ciência do turismo, de uma epistemologia do turismo e de uma agenda interdisciplinar nos seus estudos e análises.

3) Para falarmos de políticas de turismo nas localidades, necessariamente devemos articular o lazer, a cultura e o meio ambiente. Esses conteúdos precisam ser concebidos e entendidos em sua totalidade, na qual cada um tem sua singularidade, mas nenhum consegue abarcar a dinâmica do outro. Para tanto, a visão sistêmica que mestre Mário Beni tão bem defende em suas teses tem que ser orgânica o suficiente para ser integradora e competente no fazer das políticas públicas de turismo.

4) Finalmente, a concepção metodológica é a de que os processos de construção de políticas de turismo devem ser criados e gestados por grupos de trabalho solidários, em que o bacharel de turismo, cada vez mais, torna-se fundamental na construção do objeto turístico. Contudo, esse processo não pode ser uma construção solitária; a complexidade do fenômeno requer grupos interdisciplinares composto por economistas, geógrafos, historiadores, antropólogos, sociólogos, *marketers*, ambientalistas, arquitetos e comunicadores, garantindo os múltiplos olhares sobre as localidades, o que permite vislumbrar seus diferentes valores e atender, cada vez mais, à multiplicidade de turistas, que somam o gigante número de 698 milhões que viajaram no ano de 2000, conforme a OMT.

Esses paradigmas permitem um olhar diferenciado sobre a ação do poder público no sistema turístico das localidades, permitindo novas reflexões e ações mais articuladas sobre os espaços públicos, e no fomento de novos projetos urbanos, onde o estético passa a ter significado. Não podemos permanecer na busca de um *continuum* histórico darwinista, o tempo agora é virtual, teremos que aprofundar, mas com humanidade, a qual requer o prazer, não como algo privado, mas sim vivenciado de forma tribal e democrática.

É importante recuperarmos as análises sociológicas sobre a instauração de um "tempo liberado", elemento essencial de noção de lazer e pré-requisito da sociedade pós-moderna para o usufruto do turismo. A categoria tempo é essencial nesse fenômeno, ou seja, a existência de um tempo possibilitador de fuga requer o desmantelamento de todas as tentativas que queiram monopolizar novamente esse tempo por razões de ordem comercial ou qualquer outra de caráter mercantilista.

Poderíamos questionar o papel da gestão dos espaços para o lazer, temário cada vez mais de interesse dos investimentos econômicos da contemporaneidade, e de responsabilidade do setor público. Em nenhuma hipótese a política pública de lazer deve tender a educar o ser humano, ou a uma outra forma mais útil de confisco externo sobre o tempo por ele liberado.

Seria o lazer, portanto, um assunto exclusivamente pessoal, um espaço de liberdade total e ilimitado? Obviamente, não. Os custos e as vantagens

dos equipamentos de lazer são divididos de forma desigual, pois alguns cidadãos têm acesso a esse estado de espírito, ao conforto, à qualidade de vida, ao passo que outros não podem deles usufruir pelo alto grau de pauperização de suas vidas.

O sistema de mercado transforma os espaços urbanos, e hoje até os rurais, em produtos culturais para o consumo durante o tempo de lazer. O sistema econômico não resolve os problemas de carência em áreas mais desequipadas, de impossível acesso a quem não dispõe de recursos, da diversidade disseminada pelas diferenças culturais locais, do encontro entre os moradores da cidade de diferentes classes. Por isso, é nesse espaço que o poder público deve entrar e ser gestor em parceria com a comunidade, mediando os interesses locais e globais, inclusive da demanda turística mercantilizada.

Seria ingênuo, como perigoso, criar numa auto-regulamentação do sistema. É necessária uma política de normatização não para introduzir conceitos ideológicos sobre como a sociedade deve agir no uso de seu tempo livre, os quais devem garantir a liberdade de escolha e a participação, mas para evitar a sua transformação em mero produto de consumo, trazendo prejuízo à qualidade de vida e a exploração abusiva do meio natural e cultural da localidade.

“Mais comunidade e menor isolamento, mais solidariedade e menos egoísmo, mais cooperação, menos concorrência. No final não haverá menos, porém mais espaço de liberdade para nós, para aqueles que recebemos, para as gerações futuras”. Essa citação de Krippendorf (1987, p. 187) nos permite entender a dimensão humana do tempo de lazer e o conteúdo solidário necessário na formação dos profissionais que planejam e atuam nesse fazer coletivizado.

Não está aqui proposto o elogio do lazer como finalidade de existência, como ideal de felicidade, nem como uma função funcionalista deste. O sentido de vida não pode ser buscado apenas nas possibilidades abertas por um fim de semana ou pelo final do expediente, embora essas ocasiões devam ser consideradas como alternativas de felicidade, uma forma de resistência para o pesado cotidiano. Não é possível ignorar a busca da felicidade em pessoas de qualquer faixa etária, sexo ou categoria

socioeconômica, e, assim, não faz sentido sua não-consideração como espaço privilegiado.

Disponibilizar à população e ao visitante os espaços patrimoniais e naturais existentes é o objeto de uma política de lazer pública, que pode alçar parcerias com as instituições privadas, extensivo às ONGs, que queiram qualificar os equipamentos, os atrativos naturais ou culturais existentes na cidade, mantendo serviços adequados, evitando sua desqualificação ou seu sucateamento, a exemplo do que vem sendo feito em Porto Alegre.

O debate estabelecido entre os temas cultura, lazer, esporte e turismo é desvelador de uma falsa fronteira entre turismo e lazer, estabelecida pela redução da concepção do turismo apenas como agente econômico.

Caberá a esse debate derrubar a fronteira conceitual entre turismo e lazer, pois neste novo milênio, o ócio estático (lazer) e o ócio de deslocamento (turismo) disputam o mesmo tempo liberado e a mesma renda disponível pelos cidadãos, ora consumidores, conforme Marcellino (2000).

Outro tema em discussão na atualidade versa sobre a diminuição do tempo dedicado à formação no trabalho e do tempo dedicado ao lazer, assumindo a formação uma importância fundamental, que exige altas doses de criatividade e elevado grau de informações dos participantes dos processos produtivos, cujo tempo de ócio será dedicado à educação, ao objeto e ao método da política cultural de uma localidade. Portanto, são necessários profissionais, nos setores público e privado, com conhecimentos interdisciplinares, pois desde o processo de criação, gestão e operacionalização das vivências terá que estar presente a concepção de um público interativo.

Pensar no perfil de um profissional para atuar junto a essas políticas e/ou ao mercado do entretenimento nos reporta a uma estrutura especializada do mundo do trabalho e da formação acadêmica. A competência específica é o referendo social do fazer, legitimação da atuação, mas esse referendo não garante a apropriação, pelo profissional, da totalidade do real. Avançar na concepção funcionalista do lazer indica ir além das competências tradicionais já trabalhadas nos cursos de turismo, artes, educação física. Requer educar profissionais com alta dose de sensibilidade, capacidade de relacionamento social com a diferença, tolerância com as velocidades

individuais (faixas etárias), um profissional agregador, sinérgico, comunicador, criativo diante dos imprevistos e, como se não bastassem todas essas habilidades, ter um enorme prazer no que realiza, a fim de transmitir a todos os participantes essa aura. Assim, a animação turística avançará do campo da recreação e do entretenimento alienado para um processo pedagógico de integração entre sujeito, meio ambiente natural e social, e de participação, no pleno sentido da palavra, a partir de três eixos:

- eixo do descobrimento, desvelamento;
- eixo da relação, integração;
- eixo da criatividade, do desafio.

Como preparar esses profissionais?

Consolida-se, atualmente, um público exigente e esclarecido em relação às questões ambientais e culturais das localidades, que usufrui de seu tempo de lazer com esses conteúdos. Destacamos o potencial de atrativos naturais, por exemplo, que os morros de várias cidades representam. Esses morros, além de possuírem privilegiada vista da cidade, constituem-se também em unidades de conservação ambiental – o que anteriormente não ia além de um passeio contemplativo será espaço de vivências ambientais. Em Porto Alegre, temos os exemplos dos roteiros ecológicos nos morros do Osso, Santana e Teresópolis, onde o turista pode observar a grande biodiversidade, tanto em ambientes de campo quanto de mata, além da contemplação de áreas de apurada beleza paisagística e grande valor arqueológico.

Essas experiências impõem um questionamento: que profissional tem a compreensão necessária para orientar essas vivências sociais, e ambientais, que se tornam turísticas quando publicizadas e organizadas para o acesso dos visitantes?

É importante disponibilizar o patrimônio natural às populações locais e aos visitantes, porque, assim, os ecossistemas conhecidos podem ser mais facilmente preservados, pelo desenvolvimento de uma consciência e de um afeto pessoais em relação ao meio vivenciado. Para a atividade turística, é imprescindível que o local visitado possua características de preservação

dos patrimônios e de boa qualidade de vida. Portanto, o acesso da população ao patrimônio natural, assim como a preservação e a educação ambientais, são conteúdos necessários ao desenvolvimento de atividades como o turismo dentro dos parâmetros da sustentabilidade.

Porto Alegre tem sido, nesses 13 últimos anos, um laboratório de políticas públicas de conteúdos antes tidos como privilégios de alguns grupos sociais, ou restritos aos interesses acadêmicos – a exemplo da política de lazer. A junção dos conhecimentos acadêmicos, por meio da parceria com universidades ou ONGs, somados à vontade-política e aos investimentos, muitos deles estabelecidos pela população por meio do orçamento participativo, ou dos Congressos da Cidade, permitiu à cidade possuir títulos de capital com a melhor qualidade de vida do país, a mais arborizada e também a que possui grande diversidade de espécies de aves urbanas, uma reserva ecológica urbana, um enorme número de praças e parques, centros de cultura, cinemas e programas permanentes de lazer e turismo.

Porto Alegre é uma cidade que apresenta monumentos, prédios históricos e uma intensa programação cultural. Democratizar o acesso ao potencial histórico-cultural da cidade faz com que o cidadão se desloque de seu espaço para a realização de atividades culturais, apreciando e valorizando esse patrimônio, e desencadeando, dessa forma, um processo de sensibilização na comunidade local. Essa medida pode possibilitar um maior aprendizado sobre a própria história da cidade, bem como despertar o seu afeto, fazendo com que o cidadão proteja o seu patrimônio e queira compartilhar com os visitantes essa aura, esse olhar não rotineiro.

A relação entre o cidadão e a história vem ao encontro de sua vida. A preservação permite que a futura geração também tenha oportunidade de conhecer sua memória. Além disso, o acesso ao lazer é facilitado e qualificado quando a população sabe como e onde aproveitar seu momento de descanso, portanto, organizar, divulgar, estimular essa fruição, circular, co-patrocinar a animação sociocultural dos espaços de lazer deverá ser a agenda permanente de uma política pública de turismo, assim não serão unicamente os *marketers* os responsáveis pela divulgação de uma localidade, até porque seu olhar isolado poderá tratar a cidade, e o tempo liberado de seus moradores e visitantes, como produto e consumidor, respectivamente.

Um desafio está posto às universidades e ao setor público: que competências esse profissional tem que ter necessariamente para trabalhar o ócio estático (lazer) no tempo turístico?

Numa análise preliminar, mas de grande sensibilidade à organicidade desse campo de atuação, poderíamos citar os conhecimentos específicos de geografia local, história, antropologia, comunicação, psicologia comportamental, ecologia, política, música, artes em geral, desporto, cinema, comunicação, relacionamentos interpessoais, dinâmicas de grupos etc. – um superprofissional nas competências específicas, quase um generalista de caráter humanista.

Alguns autores os denominam animadores turísticos, ou culturais, ou recreacionais, ou esportistas e/ou sociais. Não esquecendo a necessidade de serem bons planejadores, administradores/gestores dos projetos propostos.

O cuidado nessa formação não deve estar somente na multiplicidade de conhecimentos específicos que devem portar, mas na capacidade de articular essas especificidades nas práticas, pois o desafio do real é a sua multiplicidade, o diverso/uno, ao mesmo tempo.

Se fizermos uma pequena retrospectiva histórica, verificamos que as práticas de animação (entendendo animação como toda ação realizada em/como um meio, com a intenção de desenvolver a comunicação e garantir a vida social, recorrendo a métodos semidirecionados) surgiram, no campo turístico, em hotéis de lazer, hoje denominados *resorts*.

A concepção empregada para organizar a recreação é a do entretenimento, utilizado pelo hóspede em seu tempo liberado a fim de evitar que sinta tédio. Portanto, quanto mais programações esportivas e sociais forem oferecidas pelo hotel, mais atratividade ele tem – principalmente se se ocupar intensamente das crianças para que os pais possam consumir os serviços e as comodidades oferecidos.

Os profissionais empregados nessas atividades de recreação (por hotéis, agências de viagens, cruzeiros marítimos, trens, aviões fretados etc.) devem ser ativos, alegres, jovens, dispostos, sorridentes 24 horas, com preparo físico suficiente para enfrentar as maratonas de fins de semana prolongados. Os estudantes de educação física, magistério e turismo são os mais procurados.

As programações propostas são fixas, muito parecidas entre si, com pouca criatividade e baseadas na experiência do recreacionista mais antigo. O público previsto para as atividades é tido como um tipo ideal weberiano, segmentado por idade, renda, origem, consequentemente, portadores dos “mesmos interesses”. As atividades refletem baixo grau de estudo e planejamento, pois são reproduções/adaptações do conhecimento empírico dos organizadores.

O tédio, o fracasso, a repetição dessas programações representam o seu esgotamento, modelos de recreação baseados nos GOs americanos oriundos dos clubes, como o *Club Méditerranée*, chamados guetos turísticos por Kruppendorf (1987), onde os hóspedes, geralmente executivos de grandes centros urbanos, buscam revitalizar-se do estresse cotidiano.

Os gestores desses empreendimentos pressupõem, ou ouviram falar, que os executivos não sabem o que fazer em seu tempo liberado, assim, precisam de uma programação intensa para não ficarem entediados, ou seja, precisam consumir ao máximo, a relação custo-benefício é maximizada em seu tempo de lazer.

Os sujeitos do lazer e do turismo são os mesmos, porque são históricos e culturais. Lazer e turismo são práticas sociais surgidas no sistema capitalista, assim, o imaginário desses sujeitos processa-se num tempo de lazer e turismo alienado, representação de uma lógica social de consumo, conforme Baudrillard (1995).

A superação desse estágio de compreensão do tempo de lazer para práticas mais conscientes social, cultural e ambientalmente vem exigindo novas políticas e profissionais interdisciplinares na sua gestão.

Os profissionais que devem atuar no campo da animação turística, visando a um lazer de qualidade aos moradores das localidades – e/ou a uma experiência de afastamento simbólico do cotidiano, coberta de subjetividades e, portanto, explicitadora de uma nova estética diante da busca do prazer (Moesch 2002) – a partir dessa concepção de turismo, não são apenas profissionais dotados de técnicas e competências específicas, são sujeitos construtores de sensibilidade, de criatividade, de desvelamento, de integração entre o humano-cultural-ambiental.

Desafio talvez intransponível para a atual formatação de nossos currículos universitários, e pelo reducionismo científico proposto por nossos conhecimentos acadêmicos, precisamos romper com essa concepção disciplinar de sujeito, tão cara aos novos campos científicos como os que atuamos (educação física, turismo, ecologia, comunicação, artes etc.), para então propor metodologias de trabalho no campo do lazer que nos permitam avançar a visão fragmentada do sujeito da modernidade, e religar esses sujeitos em seus diversos conteúdos, na pós-modernidade.

Não devemos listar aqui atribuições a esse profissional – como uma listagem de objetivos a serem alcançados –, pois estaremos sempre lidando com uma contradição, ditada pelo tempo diferenciado, entre os sujeitos participantes desse processo de lazer e os produtores desse tempo, os trabalhadores do lazer.

Enquanto muitos curtem seu tempo de prazer e fuga, outros poucos são responsáveis por seu conforto, segurança e prazer. Ou seja, sempre convivemos com essa contradição, que dialeticamente deverá ser superada, pois alguns estão em seu tempo de lazer e outros em seu tempo de trabalho.

Assim, nesse construto entre prazer e trabalho, devemos garantir projetos qualificados, nos quais os profissionais responsáveis sejam autores, organizadores e gestores das proposições de conteúdos esportivos, recreacionais, culturais, comunicacionais, sociais, patrimoniais, ambientais, estéticos entre outros, a serem cotidianamente recriados e trabalhados de forma relacional, buscando a totalidade do sujeito turístico. Não é um desafio tradicional, pois a ênfase, hoje, na formação profissional, não está na totalidade, e sim na particularidade. Precisamos também ser protagonistas na formação desses profissionais para que eles atuem tanto na área pública como no setor privado, revertendo a visão simplificada de uma indústria do entretenimento.

Deve ficar claro que não somos contra a formação especializada, que se transfere nas práticas dos profissionais, mas essa concepção proposta deverá romper os limites disciplinares, ir além, requerer um novo pensar: novos paradigmas para ciências de conteúdos interdisciplinares, relativizando o determinismo do conhecimento moderno fundado por Descartes e Bacon, há mais de dois séculos. A interdisciplinaridade é uma atitude científica.

Segundo Japiassú (1976), devemos partir dos conteúdos específicos de cada ciência, mas com o critério de sua importância social. A interdisciplinaridade é a junção das partes disciplinares, mas não numa totalidade que seja o resultado da soma igual das partes, e sim a conjunção, a interdependência, o diálogo entre o disciplinar teórico e o complexo do real.

Mas não basta identificar o seu fazer e fazê-lo de forma competente, é preciso combinar o simples e o complexo, conforme relata Morin (1999).

Estamos novamente discursando sobre o trabalho, o trabalho que forjou a humanidade, que se fundou na racionalidade e que hoje, em nome de uma racionalidade fechada – onde é legítimo circunscrever um domínio disciplinar para fazer progredir o conhecimento sem levar em conta as interferências (cf. Morin 1999) –, expulsa os trabalhadores para o tempo liberado, este sim, passível de prazer. O trabalho fátigante, programado e sem criatividade, que exige uma contraposição para sua própria manutenção, cultuando uma visão funcionalista do lazer ou propagando o consumo alienado desse tempo, não só pelas mídias tradicionais, mas pela junção tecnológica, que cria experiências virtuais com baixos riscos de frustrações pessoais.

Domenico de Masi (2000) propõe o ócio criativo para romper com essa dualidade do tempo do trabalho e do tempo liberado, conceito pouco entendido pelos gestores da qualidade total, baseado nas técnicas de gestão, e não em novas formas de relacionamento entre os sujeitos em seu tempo produtivo.

É necessário revisitar a categoria do tempo não só no turismo, mas no lazer e, principalmente, no trabalho. A busca da unidade entre conteúdo e forma, entre sujeito produtivo e lúdico, entre prosa e poesia requer um tempo condensado, diria mais, recheado, possibilitador de novas experiências. Tarefa difícil para um modelo de sociedade baseado na estrutura taylorista de produção, ainda existente em nosso país.

Conceber novas políticas públicas de lazer e turismo, por meio de conhecimentos e práticas profissionais interdisciplinares, renova, recria os conteúdos da proposta de sociedade democrática, socialista, plural, tolerante, da administração popular em Porto Alegre.

Democratizar essas experiências supõe educar os profissionais de turismo e lazer – e por que não os jovens? –, para não temerem o fluir incessante das inovações. Portanto, supõe lidar com uma sociedade que reconstrói novas formas de trabalho, e de prazer, pela participação integral dos sujeitos em momentos de completude humana, em espaços de criação coletiva, onde profissionais sejam atores e espectadores dos processos de lazer, onde participantes atuem como promotores e espectadores de novas práticas estéticas ante do prazer numa “nova suavidade” inventiva de novas relações sociais.

### *bibliografia*

- AUDRILLARD, Jean (1995). *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70.
- UATTARI, Félix (1986). *Cartografia do desejo*. Petrópolis: Vozes.
- APIASSÚ, Hilton (1976). *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Ed. Imago.
- JELLER, Peter (2000). “O impacto sociocultural do turismo: Empregos atraentes e meio ambiente garantindo a qualidade de vida”. Palestra proferida no 3º Fórum Internacional dos Parlamentares e dos Poderes Locais (OMT/UIP). Rio de Janeiro, 16 de maio.
- CRIPPENDORF, Jost (1987). *Sociologia do turismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MARCELLINO, Nelson C. (2000). “O lazer e a cidade: Lazer, uma questão urbana”. *Seminário do III Congresso da Cidade*. Porto Alegre, fev.
- MASI, Domenico de (2000). *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante.
- MOESCH, Marutschka (2002). *A produção do saber turístico*. 2ª ed. São Paulo: Contexto.
- MORIN, Edgar (1999). *Introducción al pensamiento complejo*. Barcelona: Editora Gedisa.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (2000). “GT de cultura, esporte, lazer e turismo”. *III Congresso da Cidade*. Porto Alegre, fev.